

Pura confusão

ESTADO DE SÃO PAULO

Faltam 1.453 dias para terminar o governo Fernando Henrique Cardoso. O saldo da primeira semana é confusão política, da mais pura e cristalina. Algumas:

■ **Brigas no Ministério.** Depois das desavenças dentro do partido do presidente na montagem da equipe, ministros passaram a brigar.

Na mais visível, Luiz Carlos Bresser Pereira (Administração) reafirmou a intenção governamental de acabar com a estabilidade no serviço público. Adib Jatene (Saúde) reagiu e desqualificou Bresser, publicamente, incluindo a idéia no rol do besteirol político-administrativo.

■ **Brigas com aliados.** Sérgio Motta (Comunicações), que é do PSDB e um dos mais íntimos de Fernando Henrique, atacou Antônio Carlos Magalhães, principal líder do PFL, sem se esquecer do empresário Roberto Marinho, o influente proprietário da *Rede Globo de Televisão*.

Magalhães revideou, ao telefone com Motta, sinalizando até com a possibilidade de rompimento.

Além disso, o presidente meteu-se em atritos com a maioria do PMDB, e também com o PTB e o PP.

■ **Manobras para romper acordos.** Avançou no PSDB de Fernando Henrique a idéia de tentar deglutir

pelas bordas o PFL de Magalhães, Marco Maciel e Jorge Bornhausen, a partir da disputa pela presidência da Câmara, o terceiro posto na hierarquia da República.

O acerto inicial era para apoio à candidatura do deputado Luís Eduardo Magalhães, do PFL baiano. Agora, dentro e fora do Palácio do Planalto, começou a ganhar força uma manobra para pôr no lugar André Franco Montoro, do PSDB paulista.

■ **Confronto no Congresso.** O presidente eleito no primeiro turno termina a primeira semana sem ter conseguido o simples aval congressual para a burocrática nomeação dos chefes de uma das repartições mais estratégicas do serviço público, o Banco Central. E sem perspectiva de quando terá esse aval.

Isso porque tentou ficar longe da bancada de congressistas rai-

vosos, composta em parte por alguns que estão exibindo um sorriso hidrófobo para o eleitor, que se recusou a reelegê-los. Eles querem anistia. Para o senador Humberto Lucena, reeleito, mas cassado por manipulação de recursos públicos. E, por extensão, para eles mesmos. Fernando Henrique cedendo e acenando com a possibilidade de uma troca: o Senado aprova as nomeações para o Banco Central e ele não veta a anistia, se aprovada pela Câmara.

Foi o que emergiu, se viu na superfície. Houve, porém, muito mais. Na vida real, houve uma derrota política do presidente recém-empossado. Os nomes dos chefes do Banco Central não tiveram aval do Senado porque os aliados do governo assim desejaram. Foi o caso do PFL de Magalhães, Maciel e

Bornhausen, que ali fez uma sutil demonstração de força para o presidente. E ainda saiu culpando-o, por demorar a escolher os líderes do governo que têm a atribuição de "articular" as forças aliadas nas votações em plenário.

O presidente encerrou a semana reunindo o Ministério para comunicar que haverá um triunvirato no poder central, sob sua regência. Deixou claro que quem manda é ele. E, em nome dele, mandam Clóvis

Carvalho (Gabinete Civil), José Serra (Planejamento) e Pedro Malan (Fazenda). Os outros ministros obedecem.

O argumento público e oficial é o de que o sociólogo Fernando Henrique aprecia muito a forma como o ex-presidente Ernesto Geisel partilhou o poder e conduziu sua equipe (entre 1974 e 1979), produzindo um governo sóbrio, de imagem austera e politicamente eficiente — realizou a abertura do processo de redemocratização do País.

O general Geisel é e continuará sendo tratado de forma distinta nos livros de história. O problema do governo Fernando Henrique, hoje, é que sua armação sugere apenas novas e maiores confusões. Sobretudo porque ele não é Geisel e não tem à sua volta nenhum Golbery do Couto e Silva, o estrategista. Mas ainda dispõe de uma reserva de 207 semanas para tentar a sorte. E acertar.



■ José Casado é jornalista

O saldo da primeira semana de governo FH foi de brigas e manobras para romper acordos

07 JAN 1995